



A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INDO ALÉM DO TECNICISMO: UM ESTUDO DE QUESTÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PDIS

Degmar dos Anjos¹

Nídia Heringer²

Iria Raquel Borges Wiese³

Mario Rodrigues da Silva⁴

Resumo: O presente estudo apresenta pesquisa que teve como objetivo demonstrar como estão sendo abordados, nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os temas relacionados a Questões Étnico-Raciais, Diversidade, Orientação sexual e Gêneros. Trata-se de uma investigação por meio de análise documental, de cunho quanti-qualitativo, que pode ser caracterizada como exploratória e descritiva, e foi realizada por meio da análise comparativa dos PDIs elaborados com vigência de 2009 a 2013 e de 2014 a 2018, em média, tendo como descritores palavras relacionadas aos temas investigados. O estudo fundamentou-se, também, na Lei nº 11.892/2008, que criou os referidos Institutos Federais, bem como nos Decretos 3.860/2001 e 5.773/2006, que instituíram como obrigatória para todas as instituições de ensino superior a elaboração dos PDIs, elemento central da pesquisa. Os resultados obtidos possibilitaram propor premissas para a criação e implantação de uma sistemática de desenvolvimento institucional que englobe, além das questões profissionais e tecnológicas, temáticas e discussões relacionadas às questões humanas e de combate às discriminações e desigualdades.

Palavras-chave: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; questões étnico-raciais; gêneros.

A FEDERAL NETWORK OF PROFESSIONAL EDUCATION AND TECHNOLOGY GOING BEYOND TECHNICALITY: A GENDER ISSUES STUDY AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN PDIS

Abstract: This study presents survey that aimed to demonstrate how it is being addressed, in the Plans of Institutional Development (PID) of the institutions that compose the Federal

¹ Doutor em Psicologia Social pela UFPB. Docente no Instituto Federal da Paraíba.

² Doutora em Letras pela PUCRS. Docente no Instituto Federal Farroupilha.

³ Doutoranda em Psicologia pela UFPB. Psicóloga no Instituto Federal da Paraíba.

⁴ Mestrando em Educação Agrícola pela UFRRJ. Docente no Instituto Federal do Amapá.

Network of Professional and Technological Education, the themes related to Ethnic and Racial Issues, Diversity, Sexual guidance and Genders. It is an investigation through documentary analysis of quantitative and qualitative nature that may be characterized as exploratory and descriptive, and was performed by the comparative analysis of PIDs elaborated to being utilized from 2009 to 2013 and from 2014 to 2018, on average, having as descriptors words related to the research topics. The Law N°. 11.892/2008, which created these Federal Institutes, as well as in Decree 3.860/2001 and 5.773/2006, which established as mandatory for all higher education institutions the preparation of PIDs, central element of the research, were also the base of this study. The obtained results enabled to propose premises for the creation and implementation of a system of institutional development that incorporates, in addition to professional and technological themes, topics and discussions related to human issues and combat discrimination and inequalities.

Keywords: Federal Network of Professional and Technological Education; ethnic and racial issues, genders.

LA RÉSEAU FÉDÉRAL D'ÉDUCATION PROFESSIONNEL ET TECHNOLOGIQUE EN ALLANT AU-DELÀ DU TECHNISCIME: UN ÉTUDE DE QUESTIONS DE GENRE ET RELATIONS ETHNO-RACIALES DANS LES PDIS

Résumé: Le présent étude présente le recherche qui a vu l'objective démontrer comment sont traités, dans les Plans de Développement Institutionnels (PDI) des Institutions qui composent le Réseau Fédéral de l'Education Professionnelle et Technologique, les thèmes reliées aux Questions Ethno-raciales, la Diversité, d'Orientation sexuelle et Genres. On se traite d'une investigation à travers d'analyse réalisé en documents, quantitative et qualitative, qui peut être caractérisé comme exploratoire et descriptive, et a été réalisée par l'analyse comparative des PDIS élaborés entre 2009 à 2013 et de 2014 à 2018, en moyenne, en avis comme descripteurs mots reliés aux thèmes de recherché. L'étude était basée aussi dans la loi n° 11892/2008, qui a créé ces Instituts Fédéral, bien comme dans le décrets 3860/2001 et 5773/2006, qui a établi comme obligatoire pour tous les établissements d'enseignement supérieur dans la préparation des PDIS, élément central de la recherche. Les résultats permettent proposer prémisses pour la création et l'implantation d'une systématique de développement institutionnel qui englobe, au-delà des questions professionnelles et technologiques, thématiques et discussions relatives aux questions humaines et de lutter contre la discrimination et l'inégalité.

Mots-clés: réseau fédéral de l'enseignement professionnel et technologique; questions ethno-raciales; genres.

LA RED FEDERAL DE EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA PARA ALLÁ DEL TECNICISMO: UN ESTUDIO DE CUESTIONES DE GÉNERO Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LOS PDIS

Resumen: El presente estudio presenta pesquisa que tuvo como objetivo demostrar como son abordados, en los Planes de Desarrollo Institucionales (PDI) de las Instituciones que componen la Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica, los temas relacionados a las Cuestiones Étnico-Raciales, Diversidad, Orientación sexual y Géneros. Se trata de una investigación por medio de análisis documental, de cuño cuanti-cualitativo, que puede ser caracterizada como exploratoria y descriptiva, y fue realizada por medio de análisis comparativa de los PDIS elaborados con vigencia de 2009 a 2013 y de 2014 a 2018, a menudo, lleva como descriptores palabras relacionadas a los temas investigados. El estudio se basa, también, en la Ley n°

11.892/2008, que ha creado los referidos Institutos Federales, bien como en los Decretos 3.860/2001 y 5.773/2006, que han instituido como obligatoria para todas las instituciones de enseñanza superior la elaboración de los PDIs, elemento central de la pesquisa. Los resultados alcanzados posibilitaron proponer premisas para la producción e implantación de una sistemática de desarrollo institucional que añade, además de las cuestiones profesionales y tecnológicas, temáticas y discusiones relacionadas a las cuestiones humanas y de combate a las discriminaciones y desigualdades.

Palabras-clave: Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica; cuestiones étnico-raciales; géneros.

INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil, enquanto mecanismo de formação do trabalhador, mesma ainda não estruturada de forma oficial, iniciou-se no período de colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos. Nesse contexto, “habitua-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68).

Mesmo ocorrendo algumas experiências nesse campo educacional em regiões específicas do país e em momentos pontuais, a educação profissional em contexto nacional surgirá somente quando Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (Lopez, 2015; Pacheco, 2011; Fonseca, 1961). Desde o ano 1909, depois de instituídas as primeiras 19 escolas de aprendizes e artífices, a rede federal de educação profissional passou por grandes e significativas mudanças, sendo reestruturada de acordo com os interesses estratégicos dos diversos governos e em acordo com as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas do país (Pereira, 2003).

Contudo, ainda que ao longo do século XX tenha havido diversas mudanças nas políticas públicas de educação profissional, nenhuma teve tamanho impacto em contexto nacional como a oficialização da Rede Federal de Educação Profissional

Científica e Tecnológica⁵ e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), que promoveu a fusão entre Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais.

Tal política de educação profissional trouxe a possibilidade de que a contribuição da educação profissional se tornasse substancial para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, haja vista que tomou como foco a inserção de pessoas historicamente excluídas das outras políticas de formação profissional que ocorreram anteriormente (Lopez, 2015; Pacheco, 2011), além de promover a realização da pesquisa aplicada voltada para a elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à sociedade em todas as suas representações.

Segundo Lopez (2015), a amplitude e a potencialidade dos Institutos, na qualidade de principais atores da Rede Federal de Educação Profissional, estão apontadas por Silva et al. (2014), que afirmam, em relação à expansão da Rede Federal:

E esse processo ocorreu em todo o País, fazendo com que o número de matrículas na rede federal alcançasse, em 2013, o número de 989.478 estudantes em cursos regulares (MEC, 2013). Para efeitos de comparação, somente no nível técnico houve ampliação de 640% da oferta entre os anos de 2005 a 2013. Os cursos de FIC – formação inicial e continuada – correspondem a 27% das matrículas (263.782). Já os cursos técnicos correspondem a 54% das matrículas (534.853). Os cursos de graduação, principalmente cursos superiores de tecnologia e engenharias, que correspondem a 11% das matrículas (113.224). Já os cursos de licenciaturas correspondem a 6% das matrículas (55.417) e os cursos de pós-graduação correspondem a 2% das matrículas (22.202) (Silva et al., 2014).

Porém, se esse amplo processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, pautado principalmente na interiorização das Instituições Federais de Educação Profissional, tornou-se de grande importância para o País, relevante também foi a determinação expressa na Lei 11.892/2008, em seu Art. 14, de que as novas instituições apresentassem um Plano de Desenvolvimento Institucional, assegurada a participação da comunidade acadêmica em sua construção. O Plano de

⁵ O nome correto constante na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, contudo, para simplificar ao leitor, optamos neste texto em empregar a nomenclatura “Rede Federal de Educação Profissional”.

Desenvolvimento Institucional – PDI – é o documento em que se definem a missão, a visão e os valores da instituição, bem como as principais políticas, metas e ações, devendo nortear a forma como as muitas áreas de abrangência serão conduzidas institucionalmente. Pode-se afirmar que o PDI explicita elementos da identidade institucional (Lopez, 2015), uma vez que deve demonstrar uma maior identificação com a comunidade interna e um melhor atendimento às necessidades da comunidade externa, além dessa participação legitimar o Plano como compromisso com a sociedade.

Nesse contexto, sabendo que o PDI é o documento que apresenta as grandes concepções da instituição, que sua elaboração é obrigatória às instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional e que tal Rede tornou-se presente em praticamente todo o país, como os Planos de Desenvolvimento Institucional estão abordando as questões relacionadas a gênero e etnia? As instituições de Educação Profissional, dentro desse novo momento histórico, passaram a ter como preocupação institucional a discussão de questões humanas, como as relacionadas a gênero e etnia? Pautados nesses questionamentos que desenvolvemos o estudo aqui apresentado.

METODOLOGIA

O presente artigo apresenta uma investigação por meio de análise documental, de cunho quanti-qualitativo, que pode ser caracterizada como exploratória e descritiva, e foi realizada por meio da análise comparativa dos Planos de Desenvolvimento Institucionais - PDIs elaborados por instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, com vigências de 2009 a 2013 e de 2014 a 2018.

Foi empregada a pesquisa documental por compreendermos que esta metodologia permite a investigação de determinada problemática por meio do estudo dos documentos que são produzidos por pessoas ou por instituições, revelando modos de ser, viver e compreender fatos ou fenômenos sociais. Nesse contexto, analisar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, requerendo cuidados e perícias por parte dos pesquisadores para não comprometer a validade do seu estudo. Ou seja, “a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (Helder, 2006, págs.1 e 2). Dessa

forma, “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (Cellard, 2008, p. 296).

Nessa mesma linha de pensamento, Pimentel (2001) descreve a prática da análise documental como o de organizar e processar leituras, comportando algumas técnicas, tais como: fichamento, levantamento qualitativo e quantitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio.

Como embasamento teórico para a leitura dos dados coletados e para suas análises, adotamos uma perspectiva construcionista social que compreende a produção de sentidos enquanto práticas discursivas enunciadas por pessoas, aceitando-se nos mecanismos de análise que a mais importante manifestação interacional é a linguagem. Uma vez que o Construcionismo Social busca compreender ações, práticas sociais e sistemas de significações pelos quais as pessoas dão sentido ao mundo, em especial por meio da linguagem (Anjos, 2012; Spink, 2010; Gergen, 2009). Nesse contexto, ainda que o estudo tenha focado em documentos institucionais, compreendemos que os Planos de Desenvolvimento Institucional, pela dinâmica de sua construção (Lopez, 2015), são frutos de discussões, debates e análises coletivas que refletem práticas discursivas enunciadas nos processos de suas elaborações.

Partindo dessas compreensões, este trabalho objetivou realizar um levantamento acerca de como tão sendo abordados, nos Planos de Desenvolvimento Institucionais das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os temas relacionados a diversidade, questões étnico-raciais, orientação sexual e gêneros. Para cumprir com as ênfases acerca do objeto de estudo, utilizaram-se como critérios de busca nos PDIs das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica os descritores “Direitos Humanos”, “Diversidade”, “Inclusão”, “Questões Étnico-Raciais”, “Orientação sexual” e “Gêneros”. Sendo especificada a quantidade de vezes que tais termos, bem como palavras correlatas que mantivessem o mesmo sentido, apareciam em cada documento analisado. Para que o leitor possa ter uma visão geral dos dados encontrados, apresentamos a tabela 1.



Tabela 1. Quantidade de inserções dos termos analisados nos PDIs.

PDIs da REDE FEDERAL DE EPT				DIVERSIDADE		ORIENTAÇÃO SEXUAL		GÊNERO		QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	
	INSTITUTO	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL
CENTRO OESTE	IF1	2009 a 2013	2014 a 2018	1	7	0	0	0	0	0	1
	IF2	----	2012 a 2016	----	16	----	3	----	3	----	22
	IF3	2009 a 2013	2014 a 2018	1	12	0	2	0	2	0	3
	IF4	-----	2014 a 2018	----	7	----	0	----	1	----	1
	IF5	2009 a 2014	2014 a 2018	1	55	1	13	1	14	0	20
PDIs da REDE FEDERAL DE EPT				DIVERSIDADE		ORIENTAÇÃO SEXUAL		GÊNERO		QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	
	INSTITUTO	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL
NORDESTE	IF1	-----	2014 a 2018	----	14	----	0	----	3	----	2
	IF2	2009 a 2013	2014 a 2018	0	18	0	1	0	4	0	5
	IF3	2009 a 2013	2014 a 2018	0	1	0	0	0	0	0	1
	IF4	2005 a 2009	2010 a 2014	3	7	0	0	0	0	0	1
	IF5	2009 a 2014	em	5	----	2	----	0	----	0	----



		elaboracao									
	IF6	2010 a 2014	em elaboracao	2	----	0	----	0	----	0	----
	IF7	2009 a 2014	2014 a 2018	0	12	1	0	1	2	1	10
	IF8	2009 a 2013	2014 a 2019	0	5	0	0	0	2	0	13
	IF9	2009 a 2013	2014 a 2019	2	4	0	0	1	1	0	2
	IF10	2009 a 2013	2015 a 2019	1	57	0	8	0	9	1	13
	IF11	2009 a 2013	2014 a 2018	2	13	0	0	0	1	0	4
PDI's da REDE FEDERAL DE EPT				DIVERSIDADE		ORIENTAÇÃO SEXUAL		GÊNERO		QUESTÕES ETNICO-RACIAIS	
	INSTITUTO	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL
NORTE	IF1	2009 a 2013	2014 a 2018	10	13	1	1	1	2	6	5
	IF2	2009 a 2013	2014 a 2018	4	1	0	0	1	0	4	0
	IF3	2009 a 2013	----	8	----	1	----	2	----	8	----
	IF4	----	2014 a 2018	----	12	----	6	----	3	----	8
	IF5	2010 a 2014	----	0	----	0	----	0	----	1	----
	IF6	2009 a 2013	2014 a 2018	30	19	0	0	11	3	29	9



	IF7	2010 a 2014	2014 a 2018	8	8	3	3	3	3	6	8
PDI's da REDE FEDERAL DE EPT				DIVERSIDADE		ORIENTAÇÃO SEXUAL		GÊNERO		QUESTÕES ETNICO-RACIAIS	
	INSTITUTO	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL
SUDESTE	INSTITUIÇÃO01	2005 a 2009	2010 a 2014	0	3	0	0	0	0	0	0
	INSTITUIÇÃO02	2005 a 2010	2011 a 2015	3	7	1	1	0	0	0	0
	INSTITUIÇÃO03	-----	2015 a 2018	-----	4	-----	1	-----	1	-----	4
	IF1	2009 a 2013	-----	27	-----	14	-----	6	-----	15	-----
	IF2	2010 a 2014	-----	21	-----	1	-----	2	-----	30	-----
	IF3	2009 a 2013	2014 a 2018	4	2	0	1	0	0	0	3
	IF4	2009 a 2013	2014 a 2018	6	6	2	0	0	0	1	3
	IF5	2009 a 2013	-----	3	-----	0	-----	1	-----	2	-----
	IF6	2009 a 2013	2014 a 2018	2	0	2	1	6	2	0	2
	IF7	2009 a 2013	2014 a 2019	2	4	0	2	0	5	0	4
	IF8	-----	2014 a 2018	-----	14	-----	1	-----	2	-----	7
	IF9	2009 a 2013	2014 a 2018	3	10	0	2	0	2	2	3



PDIs da REDE FEDERAL DE EPT				DIVERSIDADE		ORIENTAÇÃO SEXUAL		GÊNERO		QUESTÕES ETNICO-RACIAIS	
SUL	IF1	2009 a 2013	2014 a 2018	2	16	0	2	0	4	0	3
	IF2	2009 a 2013	2014 a 2018	7	16	0	1	0	10	0	14
	IF3	2009 a 2013	2015 a 2019	7	11	1	1	5	0	8	1
	IF4	-----	2014 a 2019	-----	9	-----	2	-----	6	-----	5
	IF5	2009 a 2013	2014 a 2018	19	33	3	10	3	13	10	13
	IF6	-----	2014	-----	0	-----	0		1		1
	IF7	2009 a 2013	2013 a 2017	4	1	0	0	0	0	0	0
REDE FEDERAL DE EPT				188	417	33	62	44	99	124	191

Fonte: Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições da Rede Federal de Educação Profissional

POLÍTICAS SOCIAIS E O COMPROMISSO ÉTNICO-RACIAL DA REDE FEDERAL

O tema étnico-racial tratado neste artigo traz referência às abordagens construídas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, norteadas pelas políticas públicas de inclusão social, compromisso estabelecido na função social de cada instituição de ensino. Os dados já apresentados trouxeram à baila números que nos levam a refletir sobre a visão e preocupação dos gestores e comunidades acadêmicas envolvidas na elaboração dos referidos planos, diante do compromisso institucional com referência à política da inclusão social.

A dificuldade apresentada diante dos resultados desta pesquisa advém do fato de que, em alguns Institutos Federais, não foi registrada nenhuma informação sobre a inserção ou ausência do tema no PDI consultado. Isto, porém, não inviabilizou a nossa análise diante do resultado final.

Para entender melhor a importância do assunto étnico-racial nas políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos governamentais competentes, no nosso caso os Institutos Federais, e o impacto que esses números estatísticos representam sobre o olhar da formação e composição atual da população do Brasil, é necessário conhecer o histórico dos indicadores sociais produzidos pelos órgãos de pesquisas oficiais brasileiros, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nas duas últimas décadas, esses institutos apresentaram um quadro que retrata a evolução da população brasileira por cor ou raça. Sobre esse indicador, Paixão e Carvano (2008, p. 179), ao analisarem a evolução demográfica da população brasileira, apontam que, no período de 1995 a 2006, o peso relativo da população branca declinou. De 55,4% pontos percentuais, em 1995, para 49,7%, em 2006, com um decréscimo de 5,7% pontos percentuais. Já população preta e parda evoluiu em termos relativos, na população total, de 45%, para 49,5%, sinalizando que poderá se tornar a maioria nos próximos anos. Diante desses indicadores do censo, Marques e Bitar (2009, p. 147) afirmam que a população negra representa praticamente 50% da sociedade brasileira, porém continua sendo excluída das políticas de Estado, inclusive as políticas

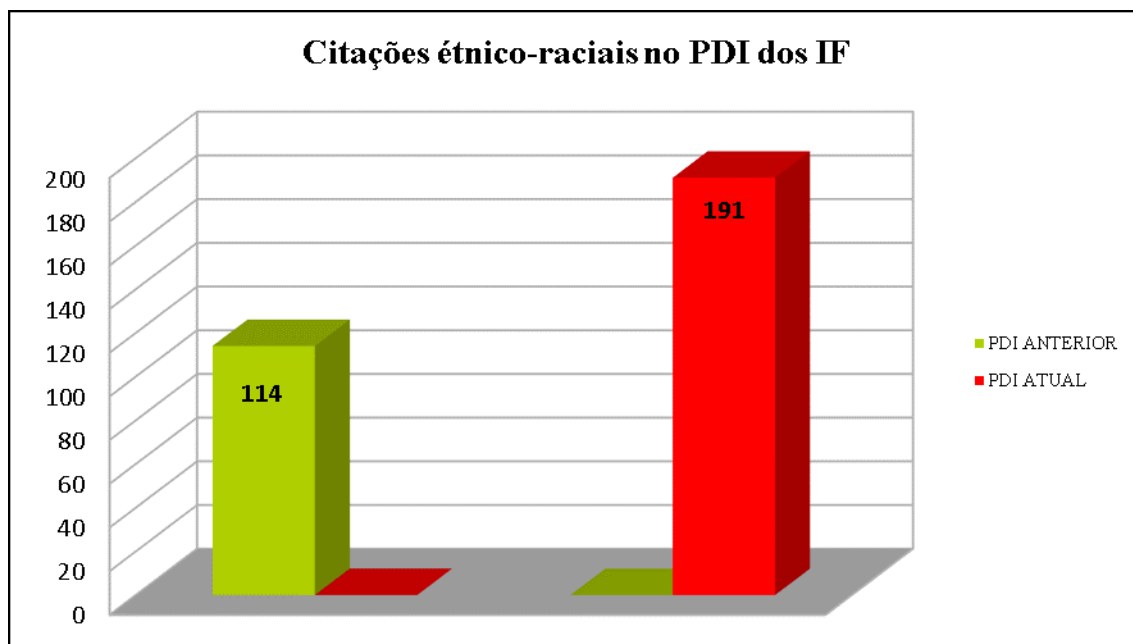
educacionais, setor em que essa exclusão também é bastante acentuada.

Ao dirigirmos o foco da nossa análise para o Censo Demográfico (IBGE, 2010) no indicador cor, considerando a população preta e parda, o censo apresenta um crescimento de 2% entre 2006 para 2010 com 50,7% pontos percentuais. Mas se consideramos as relações étnico-raciais que constituem a sociedade brasileira, com a inserção da população indígena conforme dados do último censo, temos, pois, uma população correspondente de 51,2% pontos percentuais. Esses dados estatísticos evidenciam mais que nunca o crescimento de uma população que continua excluída pelas políticas públicas, dentre elas a educação. Neste aspecto, qual a relação entre o tema étnico-racial e a preocupação com a política de inclusão social na Rede Federal de Educação Profissional?

Como se observa, a inserção do conteúdo étnico-racial está, de forma geral, contida nos Planos de Desenvolvimento Institucional analisados, sendo que algumas ações afirmativas voltadas para a inclusão e valorização social de pessoas historicamente discriminadas “são construídas e orientadas a partir de tais diretrizes [e transformadas em política institucional]. Dessa forma a sua interação com o contexto em que está inserida assume propósitos próprios, construindo, assim, sua identidade institucional” (Lopez, 2015, p. 18), ou seja, cada instituição desenvolve a sua própria política de inclusão social, uma vez que, segundo o referido autor, “a construção do PDI é livre”, mesmo tendo que obedecer às determinações do Decreto 5.773/2006 (Brasil, 2006) que trata sobre os eixos temáticos da estrutura mínima do PDI.

Quanto ao formato, a estrutura e a qualidade desses planos, Lopez (2015, p.18), considera que, na construção do plano 2009-2013, os agentes elaboradores não possuíam acúmulo de experiência e informações sobre ele. Significa dizer que, a partir da construção do plano mais recente (2014 – 2019), houve um avanço na qualidade técnica, didática, pedagógica e política do formato do PDI. Isto considerado nesta análise, podemos afirmar que o resultado dos dados apresentados anteriormente, em que pesem os números apresentados pela abordagem do conteúdo étnico-racial nos diversos Planos de Desenvolvimento Institucional, na forma geral, aponta melhoria e um quadro em evolução em toda a Rede, conforme o gráfico a seguir:

Figura 1. Gráfico demonstrando a abordagem sobre a questão étnico-racial nos PDI da Rede Federal de Educação Profissional.



Pela análise geral dos números absolutos, percebe-se que a preocupação com a questão étnico-racial evidenciada nos Planos de Desenvolvimento Institucional indica que a Rede Federal de Educação Profissional apresentou considerável preocupação quanto à política de inclusão social voltada para a massa crescente do segmento populacional étnico-racial, conforme figura 1.

Contudo, ao agruparmos o resultado da pesquisa por região, observamos, a partir dos dados, que os institutos das regiões norte e sudeste decresceram nas citações, dos PDIs de 2009 - 2013 para os PDIs 2014 – 2019. As regiões nordeste e sul tiveram significativa ascensão na citação do termo, nesse mesmo recorte temporal. Por outro lado, na região centro-oeste, embora seja constatado um elevado número de citações, não há como precisar as razões do crescimento neste momento, sendo tal fato motivo de pesquisa específica, já em andamento, a ser apresentada no futuro.

Em uma análise global, identificamos um considerável crescimento das citações nos PDIs, no entanto, ao entrarmos na análise das regionalidades, a realidade apresentada na pesquisa nos remete a um retrato diferente do que se concluiu anteriormente, pela evolução, pois visualizamos o que não identificamos na figura 1 – a existência da grande diversidade regional em que os institutos se encontram. Em

resumo, a pesquisa revela que alguns institutos apresentaram significativos números de citações e outros, simplesmente, reduziram. Enfatizamos, contudo, que não há como analisar em profundidade as razões dessas variações, seja pra mais ou pra menos, uma vez que não houve indicadores na pesquisa que nos possibilitasse fazê-lo. No entanto, a pesquisa nos possibilita afirmar a existência de um olhar mais integrador nos PDIs e o desafio de exposição e proposição de premissas que apontem para a criação e implantação de uma sistemática estratégica de desenvolvimento institucional que englobe, além das questões profissionais e tecnológicas, temáticas e discussões relacionadas às questões humanas e de combate às discriminações e desigualdades.

As discussões aqui levantadas nos remetem, portanto, à necessidade de se ampliar os debates e as avaliações das ações afirmativas e dos demais mecanismos de inserção das questões étnico-raciais nos Planos de Desenvolvimento Institucional de cada instituição da Rede Federal de Educação Profissional durante a execução destes e desenvolver mais estudos que possibilitem analisar a importante contribuição que se poderá alcançar nos processos de redução da exclusão social.

ORIENTAÇÃO SEXUAL E GÊNERO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Acerca da temática orientação sexual e gênero, embora uma parcela da sociedade brasileira reconheça o lugar estabelecido da sexualidade no interior das instituições de educação, nem a família e nem a escola têm feito essa discussão de maneira clara, educativa e que busque o empoderamento dos estudantes, a fim de que se tornem agentes difusores de informações e reflexão entre seus pares. Nesse sentido, pesquisa desenvolvida pelo Instituto Cidadania (2005) aponta que uma das maiores reclamações dos adolescentes e jovens brasileiros na atualidade é sobre serem ouvidos em suas opiniões e necessidades (Abramo; Branco, 2005).

A partir das premissas supracitadas, qual a visibilidade que os temas orientação sexual e gênero têm ganhado nos Planos de Desenvolvimento Institucionais dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional? Gênero e orientação sexual, afinal, que diálogo é esse? E por que ele é necessário?

Analisando-se os dados quantitativos anteriormente apresentados, pode-se observar que as referidas temáticas são pouco exploradas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais em questão. Comparando-se sua frequência no período anterior (2009-2013) com a do período atual (2014-2018), percebe-se que em apenas alguns institutos houve aumento significativo. Por outro lado, nos demais, tais tópicos perderam espaço, sendo perceptível que orientação sexual e gênero ainda são temas preteridos, quando comparados com as demais temáticas.

É importante conceituar os temas apresentados, para propor o alavancar da discussão. Gênero é diferente de orientação sexual. Podem se comunicar, mas um aspecto não necessariamente depende ou decorre do outro. Enquanto o primeiro diz respeito às formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher, o segundo se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Nesse sentido, tem-se estabelecidos, enquanto orientações sexuais a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade. E, enquanto identidades de gênero, a mulher, o homem e o transgênero (Jesus, 2012).

O gênero é uma categoria útil de análise histórica e social da construção dos papéis atribuídos ao ser homem e ser mulher, com base nas diferenças entre os sexos biológicos (sexo masculino e sexo feminino). Trata-se de um conceito relacional, porque masculinidade e feminilidade se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder (Scott, 1995), na qual “o princípio masculino é medida de todas as coisas”. Desse modo, a diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, ratifica a naturalização da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bourdieu, 1999, p. 23).

Desde o nascimento, meninos e meninas são preparados para responder às expectativas da sociedade em relação ao papel que cada um deve desempenhar. E, particularmente, a família e a escola aparecem como instituições vigilantes e facilitadoras do processo de assimilação desses papéis (Egypto; Egypto, 2000). O revólver e o carrinho, simbolizando o espaço público, representam a violência, a decisão e o domínio. A boneca está associada ao trabalho doméstico, à maternidade. Assim, as identidades de homens e mulheres são traçadas gerando a necessidade da existência de um ser frágil, sensível, dócil, a fim de justificar o outro ser forte, provedor, agressivo,

intolerante, reiterando a cultura patriarcal e a assimetria entre os gêneros (Fischer; Marques, 2001).

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feito entre 2009 e 2011, o Brasil registrou 16,9 mil assassinatos de mulheres (feminicídios), isto é, “mortes de mulheres por conflito de gênero”, especificamente em casos de agressão praticada por parceiros íntimos. Esse número indica uma taxa de 5,8 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. A média é de 472 assassinatos de mulheres por mês. A cada uma hora e meia, uma mulher é assassinada no nosso país (Garcia et al, 2013).

Os dados do Ipea, anteriormente referidos, apontam que leis mais rígidas para punir esse tipo de crime são importantes, como a Lei Maria de Penha implantada em 2007, mas também que apenas a coerção não se mostrou suficiente, visto que o índice de violência contra as mulheres ainda é elevado. É preciso, em paralelo, investir na educação das crianças e dos jovens, afinal a escola é um espaço de construção de subjetividades, a qual pode ser compreendida como um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo literalmente fabricadas no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais (Soares; Miranda, 2009).

A construção de sujeitos (e corpos) masculinos e femininos é um trabalho pedagógico. Trata-se de “um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução”, de contínua recriação de estruturas objetivas e subjetivas de dominação, “para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas, como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (Bourdieu, 1999, p. 46).

Pesquisas realizadas com professores e estudantes vêm apontando para a necessidade de uma formação específica nessa área, haja vista a diversidade sexual, composta por alunos e professores gays, lésbicas, bissexuais e transexuais, presente no contexto educacional. No entanto, para esta instituição que já nasceu disciplinar e normatizadora, o diferente, ou tudo aquilo que está fora da norma, sobretudo a norma sexual, é encarado como insuportável por transbordar os limites do conhecido (César, 2009).

E, nessa perspectiva, ao eleger gênero enquanto categoria de análise, a tarefa de ressignificação dos corpos, desejos e dos prazeres, na medida em que se recusam os

lugares definidos para as dicotomias entre masculino e feminino, é premente (Scott, 1995). Ademais, é preciso problematizar a hegemonia linguística e cultural organizada a partir da heterossexualidade compulsória, a qual é predominante nas práticas e discursos escolares (César, 2009).

Nesse sentido, a instituição escolar pode constituir-se enquanto um espaço crítico, democrático, de liberdade e libertação, onde as pessoas possam descobrir-se e expressar-se, e não um espaço de repressão e sofrimento. Para tanto, é preciso trabalhar desde cedo aspectos relacionados à igualdade entre os gêneros, desconstruindo estereótipos que levam ao machismo, às atitudes preconceituosas que submetem as mulheres a situações de vulnerabilidade acentuada. Desconstruir, também, os binarismos e as relações de poder advindas de tais categorizações e concepções ideológicas que não mais cabem. Essas questões, pela sua relevância, deveriam estar presentes no projeto político pedagógico de todas as escolas, da educação infantil ao ensino superior.

Se tomarmos como certo o lugar da sexualidade na instituição, é importante que tais temas ganhem relevância nos Projetos Políticos Pedagógicos de tais espaços, bem como nos Planos de Desenvolvimento Institucionais das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo presente neste artigo, obviamente, não pode ser considerado como quantificação conclusiva da forma como os temas abordados são trabalhados nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, uma vez que se tratou de uma análise simples da forma como tais temas são inseridos, ou não, nos Planos de Desenvolvimento Institucional. Sendo assim, é totalmente possível que uma instituição que não tenha inserido nenhum termo sobre gênero, por exemplo, desenvolva um significativo trabalho nessa área, assim como pode ocorrer o inverso. Contudo, como se percebe ao longo do texto, os dados evidenciam que temas como a Diversidade, as Questões Étnico-Raciais, a Orientação Sexual e o Gênero, dentre outras questões humanas, atualmente são pautas diretas e subliminares em diferentes âmbitos sociais e

educacionais, uma vez que passam a ser inseridos oficialmente nos documentos que regem a administração de tais instituições.

A Rede Federal de Educação Profissional, criada em 2008 e que em 2015 possui quinhentos e sessenta e dois *campi* de Institutos Federais em funcionamento no nosso país, além das diversas escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, dois CEFETs e o Colégio Pedro II, não se furtou a esse debate uma vez que vem, de forma crescente, formalizando nos planejamentos institucionais metas e objetivos atinentes a eles. E nem poderia, considerado o histórico de atuação qualificada e as bases legais de sua criação.

É importante lembrar, nesse contexto, que desde seu surgimento os Institutos Federais e as demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional protagonizam um processo de interiorização da educação, com premissas sociais definidas em sua lei de criação, que deslindam novos desafios e projetam novas perspectivas de inclusão, considerando sempre a territorialidade.

No fazer educação que ultrapassa o escopo da formação técnica de qualidade para adentrar a formação plena do cidadão, as Instituições Federais de Educação Profissional são agentes e espaços de uma nova atuação pública. Os Planos de Desenvolvimento Institucional, observado o período de 2009 a 2018, denotam planejamentos compromissados com o rompimento de uma endogenia histórica sem perda de unicidade. Os PDIs evidenciam que é possível construir identidade institucional em articulação com o território e com as profundas transformações que estão ocorrendo na sociedade.

É significativo salientar que em pleno processo de “constituir-se” há o espaço de “observar-se” enquanto instituição, ocorrendo nos Institutos Federais, por meio de diversos mecanismos de articulação da rede, um deles o Fórum de Desenvolvimento Institucional, FDI, do Conselho Nacional das Instituições da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. Esse acompanhar a ação permite avaliações contínuas, análises e a qualificação do plano à execução – e, importa que se diga, isso é premissa da administração pública comprometida com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo. (Orgs.). *Retratos da Juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/ Instituto cidadania, 2005.

ANJOS, Degmar Francisco. *Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.

AZEVEDO, José Clóvis. Educação tecnicista versus formação humana: os ciclos de formação e o desafio da aprendizagem para todos. *Revista Competência*, v. 2, n. 2, 2009, p. 11-35.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF 28 de Dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Educ. rev.*, Curitiba, n.35, 2009, p. 37-51.

EGYPTO, Antonio Carlos e EGYPTO, Maria. Papéis Sexuais. In: BARROSO, Carmen; Bruschini, Cristina (Orgs.). *Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola*. (7ª ed.). São Paulo: Cortez, 2000, pp. 50-55.

FISCHER, Izaura Rufino e MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. *Trabalhos para discussão*, nº113/2001, 2001. Disponível em: <http://www.faculdadechristus.com.br/download/enade2009/enade_2009_0510_genero_e_exclusao.pdf>. Acessado em: 10 de julho de 2015.

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, Leila Posenato et al. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea*, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2015.

GERGEN, Kenneth. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar. INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n. 1, 2009, pp. 299 - 325.

HELDER, Raimundo. *Como fazer análise documental*. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: Autor, 2012.

LOPEZ, Jesusa Rita Fidalgo Sanchez. *Relação entre PDI, identidade institucional e gestão participativa nos Institutos Federais: Desafios e Possibilidades para o Desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2015.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; BITTAR, Mauriluce. Diversidade etnicorracial e o acesso de negros na educação superior na produção científica em Mato Grosso do Sul. In: SISS, Ahyas e MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus. (Orgs.) *Educação, Cultura e Relações interétnicas*. Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009.

PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2011.

PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz Marcelo. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2007 – 2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, nov., 2001, p.179-195.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SILVA, Jesué Graciliano; SANTOS, Consuelo Sielski e SILVA, Marcelo Carlos. *Transformação do CEFET-SC em IFSC: concepções, conquistas e desafios*. 2014. Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com> Acessado em: 20 de maio de 2015.

SOARES, Leonardo Barros e MIRANDA, Luciano Lobo. Produzir subjetividades: O que significa? *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 9, n.2, 2009, p. 408-424.

Recebido em julho de 2015
Aprovado em setembro de 2015